

É questão mais de vontade do que de regime político nacional

Márcio Garcia Vilela*

O ministro Márcio Marques Moreira é reconhecido a mente uma personalidade que desfruta



de amplo conceito no mundo acadêmico e financeiro. Pena é que o novo titular da Pasta da Economia seja muito mais conhecido no cenário internacional do que no campo doméstico, onde trava uma batalha de vida ou morte. Pois, se assim não fora, certamente que a sua nomeação despertaria muito mais confiança, transformando-se em apreciável fator de reversão de expectativas.

De qualquer sorte, a despeito de suas inequívocas qualidades, nomeadamente a bagagem cultural e as virtudes de sensatez e equilíbrio, o desafio que tem pela frente é gigantesco.

Sem deixar de reconhecer a coragem com que sua antecessora enfrentou graves questões estruturais da economia brasileira, é forçoso denunciar a soma enorme de gravíssimos problemas que ficaram sem solução.

Além do mais, é dramática a queda na produção de bens e serviços do País, que registrou, no primeiro trimestre do ano, taxa anualizada de 6,87%. Infelizmente, ao que tudo indica, o Brasil suportou, até agora, uma recessão inútil, já que, afetando seriamente a produção, não se logrou promover sólido e duradouro ajuste fiscal. E qui, sem sombra de dúvida, está o "punctum dolens" da questão. Neste particular, o cenário é desalentador.

Deixando de lado vários outros componentes que caracterizam esse quadro, fixemo-nos, só para explorar um exemplo, nos desequilíbrios financeiros dos estados da Federação. Excetuadas duas ou três honrosas exceções, a situação geral é calamitosa e vai exigir do ministro da Economia, a um só tempo, rigor para obter reais contrapartidas de austeridade e habilidade para não concorrer para inviabilizar definitivamente essa precária estrutura política na qual o governo procura trafegar sob cerrada insegurança.

Houve um tempo em que alguns estados (Minas Gerais, inclusive), embora penalizados por injusta distribuição de renda tributária nacional, procuravam, ainda assim, gerar e preservar poupanças em conta corrente, que eram complementadas, para manter investimentos, com recursos externos e com a utilização do crédito público interno. Em 1980, a receita tributária disponível da União correspondia a 49% do total, ante 35% atribuída aos estados. Após a Constituição de 1988, já em 1990, a relação quase é invertida: a União detinha 35% do total e os estados passaram a auferir a maior parcela — 42% —, conforme dados da Secretaria da Receita Federal. Embora tenha desaparecido o crédito externo e tenha sido destruído insensatamente o interno, os estados não se aproveitaram dos ganhos nas recei-

tas tributárias e não se ajustaram. Ao contrário, e principalmente no ano passado, a ganância foi ainda mais furiosa. Pior do que o excesso, o descrito: uma mistura despudorada de clientelismo, fisiologismo e corrupção.

Hoje, a situação é no mínimo grotesca: o governo federal, desfalcado de suas rendas, falido e desacreditado, incapaz de fazer o seu próprio ajuste, está bancando operações de socorro a governos estaduais, que podem vir a representar montantes de recursos substanciais. O tratamento da questão está perdendo de tal maneira o senso de pudor e de compostura que já há quem ande pleiteando a "federalização das dívidas estaduais". Neste caso, por que não "federalizar" logo de uma vez as administrações estaduais, aparentemente tão inviáveis?

Qual a contribuição que os estados se comprometem a dar? Quais as reformas estruturais que estão dispostos a promover em suas finanças? Qual a dieta que estão determinados a impor nas suas despesas correntes, nas transferências a suas empresas ineficientes e desnecessárias, nas suas autarquias inchadas e inoperantes e especialmente nesse verdadeiro pandemônio de fundações que se multiplicaram "à la diable"?

Não se tem notícia, até agora, de nenhuma proposição concreta. Bem ao contrário, o que a imprensa tem flagrado é o espetáculo constrangedor de disputas — que, aliás, chegam ao ridículo de verbalizar ciúmes dos "companheiros da primeira hora" — em torno de verbas federais existentes apenas no papel, cuja liberação não terá outro resultado senão o de jogar mais lenha na fogueira da inflação, tornando cada vez mais distante o inarredável objetivo de sanear o setor público no Brasil.

É com fundados temores que, repetindo o deputado Roberto Campos, se pode suspeitar de que este Brasil Novo que, pelo menos no seu discurso inaugural, prometia começar com uma corajosa *perestroika*, ameaça levar-nos a uma ruínosa *catastroika*. A alternativa é resistir bravamente, "speaking softly".

Ser político não significa ser irracional, pelo menos em países de cultura mais avançada. Estou certo de que o ministro Marques Moreira é capaz de lutar pela racionalidade sem perder de vista as dimensões políticas de suas responsabilidades, que envolvem capacidade de convencimento para despertar e unir consciências em torno da determinação comum de aceitar sacrifícios para evitar o colapso.

Porém, como operar num palco onde o primado da razão corre constantemente o risco de ser ultrapassado pelas razões das pressões?

Como compor interesses descomprometidos numa conjuntura tão frágil e tão delicada que, muito diferentemente, só pode ser conduzida com agudo senso de disciplina e clara compreensão da extrema gravidade da doença que, sistematicamente, avança por todos os órgãos da Nação?

Esta é a charada que o

novo estilo "soft" precisa desvendar. Conhecemos governos militares na América Latina que não fizeram reformas estruturais, mas também sabemos que o Chile, comandado por odiosa ditadura, encontrou o seu próprio caminho e forjou um modelo invejável de prosperidade. Pode-se, pois, concluir que regimes autoritários podem-se identificar ou não com reformas econômicas, assim como, frustrado e desanimado, o povo, mediante seus estratos mais organizados, pode perigosamente começar a indagar se é possível, com democracia, fazer ajustes estruturais. A Bolívia de-

monstrou que sim, e Portugal e Espanha testemunharam mais: em regime democrático, o solo é muito mais fértil para realizar mudanças. Na verdade, a questão é menos de regime político e muito mais de vontade e decisão nacional.

Resta-nos esperar que o governo Collor, com novo comandante da economia, seja ainda capaz de canalizar a vontade nacional, ordenando-a, em busca das múltiplas e desafiadoras reformas que assegurem o próprio futuro deste país.

* Ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais e diretor-gerente da Tendência Consultoria.